

REQUERIMENTO Nº , DE 2020

(Do Sr. JOÃO H. CAMPOS)

Requer à Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte que preste informações relacionadas aos peritos criminais federais que estão atuando na investigação referente ao derramamento de óleo que atingiu o Nordeste e os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e dos arts. 35 e 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja enviado ofício à Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte, demandando as seguintes informações:

- a)** identificação dos peritos criminais federais que estão atuando na investigação levada a efeito no âmbito do Inquérito Policial nº 0404/2019-4 SR/PF/RN; e
- b)** descrição das atividades realizadas por esses peritos ao longo dessa investigação.

JUSTIFICAÇÃO

Desde os últimos dias de agosto, praias do Nordeste brasileiro e recentemente do Sudeste vêm sofrendo com a poluição causada por manchas de petróleo de origem ainda desconhecida. Essas manchas já atingiram os 9 estados do Nordeste e 2 no Sudeste, em centenas de localidades distribuídas em 130 Municípios.

Sabe-se que diversos órgãos vêm atuando na elucidação dos responsáveis por essa tragédia, no levantamento dos danos aos ecossistemas e na avaliação das ações mitigação que foram tomadas pelo Poder Público.

Nesse contexto, a Polícia Federal da Superintendência Regional no Rio Grande do Norte instaurou o Inquérito Policial nº 0404/2019-4 com o objetivo de apurar a origem e a autoria do vazamento de óleo que atingiu as praias do litoral brasileiro, deflagrando, no dia 01/11/2019, a Operação Mácula.

Diante desse quadro, é fundamental saber quais foram os peritos criminais federais que atuaram no âmbito dessa investigação e quais atividades efetivamente eles desenvolveram.

Pelo exposto, solicito apoio dos nobres Pares para aprovação deste importante requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado JOÃO H. CAMPOS